



TRE-RN

Voto é Cidadania

Boletim Eleitoral

TRE/RN

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA JUDICIÁRIA
COORDENADORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO
Seção de Jurisprudência, Legislação e Dados Partidários

Composição do Tribunal

Desembargador Gilson Barbosa de Albuquerque
Presidente

Desembargador Claudio Manoel de Amorim Santos
Vice-presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Membros

José Carlos Dantas Teixeira de Souza
Erika de Paiva Duarte Tinoco
Geraldo Antônio da Mota
Adriana Cavalcanti Magalhães Faustino Ferreira
Fernando de Araújo Jales Costa

Rodrigo Telles
Procurador Regional Eleitoral

Sumário

Decisões monocráticas do STF	02
Decisões Monocráticas do TSE	05

Nota: Este boletim, dentre outras finalidades, objetiva destacar resoluções, decisões monocráticas e acórdãos que suscitem maior interesse relacionados à matéria eleitoral, advindos dos Tribunais Superiores.

Decisões Monocráticas do STF

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL(11549) Nº 0600180-79.2020.6.19.0146

DECISÃO

Eleições 2020. Recurso especial. Prefeito. Conduta Vedada. Art. 73, VI, b, da Lei nº 9.504/1997. Propaganda institucional. 1. Independentemente de eventual delegação administrativa, o chefe do Poder Executivo é responsável pela divulgação da publicidade institucional. Precedentes. 2. A conduta vedada de veiculação ou permanência da publicidade institucional dentro do período vedado é de natureza objetiva e, portanto, independe de prova do intuito eleitoral. Precedentes. 3. Caso não apontada a violação ao art. 275 do CE, não está prequestionada, nem de forma ficta, a tese não examinada pelo Tribunal de origem a despeito da oposição de embargos de declaração. 4. A revisão do valor da multa, fixado segundo as circunstâncias do caso concreto, é obstada pelo Enunciado nº 24 da Súmula do TSE. 4. Negado seguimento ao recurso especial. Na origem, o Partido Trabalhista do Brasil (PTB) ajuizou representação em desfavor de Renato Martins Vianna - à época prefeito do Município de Arraial do Cabo/RJ e então pré-candidato nas eleições de 2020 - e do Município de Arraial do Cabo/RJ, impugnando a suposta prática da conduta vedada no art. 73, VI, b, da Lei nº 9.504/1997, consistente na divulgação de propaganda institucional referente a obras, serviços, programas e campanhas no perfil oficial da prefeitura no Facebook nos 3 meses que antecederam ao pleito.

O Juízo de primeiro grau extinguiu o processo sem resolução do mérito quanto ao Município de Arraial do Cabo/RJ e concluiu pela procedência da representação em relação a Renato Martins Vianna, aplicando-lhe a multa prevista no art. 73, § 4º, da Lei nº 9.504/1997, no valor de R\$ 10.641,00.

Por unanimidade, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro confirmou a sentença. O acórdão ficou assim ementado (ID 108654288):

ELEIÇÕES 2020. REPRESENTAÇÃO. CONDOTA VEDADA. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 73, INCISO VI, ALÍNEA "B", DA LEI 9.504/97. JULGAMENTO CONJUNTO, NA FORMA DO ART. 55, §3º CPC. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE MULTA.

1. Julgamento em conjunto, em atenção ao apensamento dos processos sob nº 0600180-79.2020.6.19.0146 e nº 0600182-49.2020.6.19.0146, na primeira instância e, nos termos do art. 55, §3º do CPC, a fim de evitar decisões conflitantes.

2. É indubitável a responsabilização do recorrente pela conduta em desacordo. Isto porque a relação jurídica de direito material engloba diretamente atos do chefe do Executivo local, mormente porque o prefeito figura como principal beneficiário das referidas propagandas institucionais, não sendo necessária a sua autorização expressa.

3. Insta ressaltar que não se deve confundir a propaganda eleitoral extemporânea com a publicidade institucional, como equivocadamente induz o recorrente, pois não cabe analisar a existência de pedido explícito de votos, nem indicação de que o recorrente seria candidato à reeleição, uma vez que a conduta é vedada, ainda que não tenha caráter eleitoral.

4. A propaganda institucional deve visar à prestação de informações de interesse público, de caráter eminentemente informativo e educativo, de orientação social, afigurando-se como direito de todos e dever do Estado, em prol do princípio da

publicidade. Para a caracterização de conduta prosrita basta que a veiculação da publicidade institucional tenha permanecido dentro dos três meses que antecedem o pleito. Critério objetivo. Precedentes.

5. Manutenção do valor das multas aplicadas, eis que observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

DESPROVIMENTO DOS RECURSOS. MANUTENÇÃO DAS SENTENÇAS.

Os embargos de declaração opostos por Renato Martins Vianna foram rejeitados (ID 108655038). Sobreveio o presente recurso especial (ID 108655538), no qual Renato Martins Vianna aponta a violação ao art. 73, IV, b, e § 4º, da Lei das Eleições.

Aduz, essencialmente, que não possui legitimidade para integrar o polo passivo da representação, pois não pode ser responsabilizado pela publicidade impugnada por não ter tido prévio conhecimento da divulgação da propaganda, a qual teria sido autorizada pelos secretários municipais, a quem foram delegadas as competências administrativas para informar a população a respeito das ações do governo municipal.

Argumenta que a publicidade questionada não tem natureza de propaganda institucional, porquanto não há provas de que seu custeio fora realizado com recursos públicos e porque as informações nela contidas são de interesse da população em geral, sem alusão ao pleito vindouro ou à pretensa candidatura, não havendo burla ao caráter competitivo do certame eleitoral.

Sustenta, ainda, que, não sendo evidenciada a potencialidade lesiva da conduta, como ocorreu no caso, a fixação do valor da multa em patamar superior ao mínimo legal afronta os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Sem contrarrazões.

A Procuradoria-Geral Eleitoral se manifestou pela negativa de seguimento ao recurso especial (ID 156898750).

É o relatório. Passo a decidir.

O recurso especial é tempestivo. O acórdão recorrido foi publicado no DJe em 25.1.2021, segunda-feira (ID 108655288). Por sua vez, o presente apelo nobre foi interposto em 28.1.2021, quinta-feira (ID 108655538), em petição subscrita por advogado devidamente constituído nos autos digitais (ID 108651738).

A pretensão de reforma do acórdão recorrido não merece, entretanto, prosperar. Quanto à legitimidade passiva e à responsabilidade do recorrente, prefeito então pré-candidato à reeleição, pela divulgação da propaganda institucional, o Tribunal de origem asseverou ser [...] indubitável a responsabilização do recorrente pela conduta prosrita [...] porque a relação jurídica de direito material engloba diretamente atos do chefe do Executivo local, mormente porque o prefeito figura como principal beneficiário das referidas propagandas institucionais, não sendo necessária a sua autorização expressa. [...]. (ID 108654338)

A orientação adotada no acórdão recorrido encontra respaldo na jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral segundo a qual, independentemente de delegação de competências administrativas para a divulgação de propaganda institucional, [...] o Chefe do Poder Executivo, na condição de titular do órgão em que veiculada a publicidade institucional em período vedado, é por ela responsável, tendo em vista sua atribuição de zelar pelo conteúdo divulgado na página oficial do ente público. [...]

(AgR-REspEl nº 1523-32/MG, rel. Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 3.9.2019, DJe de 29.10.2019)

De igual maneira, o TRE/RJ consignou que a presença de pedido de votos ou de menção às eleições seria dispensável para configurar a conduta vedada prevista no art. 73, VI, b,

da Lei nº 9.504/1997, porquanto:

[...] não se deve confundir propaganda eleitoral extemporânea com a publicidade institucional, como equivocadamente induz o recorrente, pois não cabe analisar a existência de pedido explícito de votos, nem indicação de que o recorrente seria candidato à reeleição [...]. (ID 108654338)

No ponto, mais uma vez o TRE/RJ se alinhou à orientação prevalente no TSE de que a configuração da mencionada conduta vedada não exige alusão ao pleito vindouro ou à pretensa candidatura, haja vista que:

A conduta vedada prescrita no art. 73, VI, "b", da Lei 9.504/1997 possui natureza objetiva, caracterizado o ilícito mediante a simples veiculação ou permanência da publicidade institucional dentro do período vedado, independente do intuito eleitoral. [...]

(AgR-AREspE nº 0600297-31/BA, rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 2.9.2021, DJe de 22.9.2021)

Diante da harmonia entre as conclusões do acórdão recorrido e a jurisprudência desta Corte, incide, quanto aos mencionados tópicos, o Enunciado nº 30 da Súmula do TSE, o qual "[...] pode ser fundamento utilizado para afastar ambas as hipóteses de cabimento do recurso especial - por afronta à lei e a dissídio jurisprudencial [...]" (AgR-AI nº 152-60/RN, rel. Min. Luciana Lóssio, julgado em 18.4.2017, DJe de 27.4.2017).

Ademais, a despeito da oposição de embargos de declaração, a Corte de origem não examinou a alegação do recorrente de que, em razão da falta de provas de que teria sido custeada com verbas públicas, a publicidade impugnada na presente representação não possui natureza de propaganda institucional.

Nesse contexto, configura-se a ausência do indispensável prequestionamento, o que atrai a incidência do Enunciado nº 72 da Súmula do TSE, porquanto "[...] o prequestionamento pressupõe que a matéria veiculada nas razões recursais tenha sido objeto de debate e decisão prévios pelo órgão colegiado [...]" (AgR-AI nº 315-36/RS, rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 18.11.2014, DJe de 2.12.2014).

Deve-se ressaltar, por oportuno, que a modalidade ficta do prequestionamento "[...] demanda que a parte tenha, nas razões do recurso, apontado violação ao art. 275 do Código Eleitoral (art. 1.022 do CPC) [...]" (AgR-REspEI nº 0600014-30/PI, rel. Min. Sérgio Banhos, julgado em 20.5.2021, DJe de 7.6.2021), o que não ocorreu na espécie. Por fim, em relação à multa, o Tribunal a quo justificou expressamente sua fixação em valor superior ao mínimo legal, mas dentro dos limites do § 4º do art. 73 da Lei das Eleições, nas circunstâncias específicas do caso concreto de que:

[...] "nos autos em apenso, que trata de questão similar, mas com publicações no site oficial do Município de Arraial do Cabo, foi fixada multa no patamar mínimo. Neste caso, como se demonstrou que, além o site oficial também foi incluído post em rede social Facebook, atingindo público e, portanto, eleitores, em número muito maior, tem-se que a multa deve ser aplicada acima do valor mínimo".

No mais, a propaganda institucional ficou disponibilizada, em período irregular pelo menos até o dia 15 de setembro de 2019, momento em que o recorrente foi notificado das decisões, em ambos os processos, que determinaram a retirada do material da internet. (ID 108654338) Nesse contexto, rever a conclusão do TRE/RJ quanto à proporcionalidade e razoabilidade do valor da multa para reprimir e sancionar a conduta vedada do art. 73, VI, b, da Lei nº 9.504/1997 impugnada na presente representação demandaria a necessária reincursão nos fatos e provas dos autos, procedimento obstado pelo Enunciado nº 24 da Súmula desta Corte, segundo o qual

"não cabe recurso especial eleitoral para simples reexame do conjunto fático-probatório". Ante o exposto, nos termos do art. 36, § 6º, do Regimento Interno do Tribunal Superior Eleitoral, nego seguimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de outubro de 2021 (Publicada no DJE TSE de 21/10/2021, fls.78/82).

Ministro Mauro Campbell Marques

Relator

blob:<https://dje-consulta.tse.jus.br/bf4ca9de-b979-4f50-b078-c04103b4aa78>

Decisões Monocráticas do TSE

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL (11549) Nº 0600463-24.2020.6.16.0199

AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. ELEIÇÕES 2020. CANDIDATO A VEREADOR. PROPAGANDA ELEITORAL. INTERNET. REDE SOCIAL. ARTS. 57-C DA LEI 9.504/97 E 29 DA RES.-TSE 23.610 /2019. ERRO DE PROIBIÇÃO. ART. 21 DO CÓDIGO PENAL. INAPLICABILIDADE. NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

1. Recurso especial interposto por candidato a vereador do Município de São José dos Pinhais/PR nas Eleições 2020 contra acórdão unânime do TRE/PR em que se reformou a sentença apenas para reduzir ao valor de R\$ 8.000,00 a multa aplicada por se divulgar em rede social publicidade de campanha impulsionada sem a identificação "propaganda eleitoral" e o CNPJ ou CPF do responsável pela publicação.

2. Este Tribunal Superior entende que "a sanção prevista no § 2º do art. 57-C da Lei no 9.504/97 não possui natureza criminal, de forma que os dispositivos do Código Penal não podem ser aplicados por analogia". Precedentes.

3. Por essa razão, não se sustenta o único argumento expendido no apelo, que se refere à possibilidade de se aplicar por analogia o art. 21 do Código Penal para afastar a condenação.

4. Recurso especial a que se nega seguimento.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por candidato não eleito ao cargo de vereador de São José dos Pinhais/PR nas Eleições 2020 em face de *decisum* da Presidência do TRE/PR em que se inadmitiu recurso especial contra acórdão assim ementado (ID 133.130.838): ELEIÇÕES 2020. RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. IMPULSIONAMENTO. COMPROVAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE PROPAGANDA ELEITORAL PAGA NA INTERNET POR MEIO DE POSTAGENS IMPULSIONADAS. AUSÊNCIA DAS INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO ART. 29, § 5º DA RES.-TSE Nº 23.610/19. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. POR FORÇA DO PREVISTO NO ART. 57-C DA LEI Nº 9.504/97 E NO § 5º DO ART. 29 DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.610/2019, DEVE CONSTAR DE FORMA CLARA E LEGÍVEL, A EXPRESSÃO PROPAGANDA ELEITORAL E A INDICAÇÃO DO CNPJ/CPF DO CONTRATANTE.

2. A EXPRESSÃO "PROPAGANDA ELEITORAL" EXIGIDA PELO ART. 29, § 5º DA RES.-TSE Nº 23.610/2019 DEVE SER EXIBIDA DE FORMA OSTENSIVA, ROTULANDO A PROPAGANDA. REQUISITO NÃO PREENCHIDO NO CASO EM EXAME.

3. PARA ATENDIMENTO À REGRA DO ART. § 5º DA RES.-TSE 23.610/2019, NÃO HÁ ÓBICE DE QUE A INFORMAÇÃO A RESPEITO DO NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA PROPAGANDA NO CNPJ OU NO CPF ESTEJA DISPONÍVEL NO TOPO DE UMANÚNCIO, AO CLICAR O ÍCONE "I", BEM COMO NA BIBLIOTECA DE

ANÚNCIOS DO FACEBOOK ("FACEBOOK ADS LIBRARY"), NA MEDIDA EM QUE GARANTE A FISCALIZAÇÃO QUANTO À SUA IDENTIDADE. REQUISITO NÃO PREENCHIDO NO CASO EM EXAME.

4. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO PARA REDUZIR A MULTA APLICADA.

Na origem, o Ministério Público ajuizou representação em desfavor do ora agravante por veicular publicidade de campanha impulsionada em rede social, sem a identificação "propaganda eleitoral" e do CNPJ ou CPF do responsável pela publicação, como determina o art. 29, § 5º, da Res.-TSE 23.610/2019.

Em primeiro grau, julgou-se procedente o pedido para condenar o candidato ao pagamento de multa no valor de R\$ 30.000,00, nos termos do § 2º do art. 57-C da Lei 9.504/97 (ID 133.129.488).

O TRE/PR, em julgamento unânime, deu parcial provimento ao recurso do candidato apenas para reduzir a multa ao valor de R\$ 8.000,00 (ID 133.130.838).

Nas razões do recurso especial (ID 133.131.388), argumentou-se, em suma, que o TRE/PR violou o art. 21 do Código Penal, uma vez que "o Recorrente incorreu em erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição), o qual, sendo inescusável, afasta a punibilidade do agente".

O recurso especial foi inadmitido pela Presidência do TRE/PR (ID 133.131.488), o que ensejou agravo (ID 133.131.638).

Contrarrazões apresentadas (ID 133.131.888).

A d. Procuradoria-Geral Eleitoral opinou pelo desprovimento do agravo (ID 156.910.738).

É o relatório. Decido.

Verifico que o agravante infirmou os fundamentos da decisão agravada e que o recurso especial inadmitido preenche os requisitos de admissibilidade. Desse modo, dou provimento ao agravo e passo ao exame do recurso, nos termos do art. 36, § 4º, do RI-TSE.

A controvérsia cinge-se à possibilidade de se aplicar por analogia o art. 21 do Código Penal para afastar a sanção aplicada com fundamento no art. 57-C da Lei 9.504/97, que versa sobre propaganda eleitoral irregular.

Sobre o tema, este Tribunal Superior já assentou que "a sanção prevista no § 2º do art. 57-C da Lei nº 9.504/97 não possui natureza criminal, de forma que os dispositivos do Código Penal não podem ser aplicados por analogia" (AgR-AI 0608760-27/SP, Rel. Min. Edson Fachin, DJE de 18/9 /2019).

O acórdão regional, portanto, não merece reparo.

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial, nos termos do art. 36, § 6º, do RI-TSE. Publique-se. Intimem-se. Reautue-se.

Brasília (DF), 7 de outubro de 2021 (Publicado no DJE TSE de 26/10/2021, fls.05/07).

Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

(blob:https://dje-consulta.tse.jus.br/3680a345-44ee-4c51-9e89-ff42c8674488)

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL(11549) Nº 0600603-37.2020.6.26.0407

RECURSO ESPECIAL. ELEIÇÕES 2020. PREFEITO. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA IRREGULAR. FATO SABIDAMENTE INVERÍDICO. REDE SOCIAL. ART. 57-D, § 2º, DA LEI 9.504 /97. MULTA. PERÍODO DE CAMPANHA. INAPLICÁVEL. ANONIMATO. NÃO CONFIGURAÇÃO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

1. Recurso especial interposto pela segunda colocada no pleito majoritário de Taubaté/SP em 2020 contra aresto unânime do TRE/SP, que reformou em parte sentença para afastar multa de R\$ 1.045,00 imposta ao recorrido, em representação por propaganda eleitoral irregular. Consignou-se que, embora divulgado fato sabidamente inverídico em rede social, não houve anonimato ou de impulsionamento de conteúdo.
2. Conforme o art. 57-D da Lei 9.504/97, "é livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato durante a campanha eleitoral, por meio da rede mundial de computadores - internet", sujeitando-se o infrator à pena de multa de R\$ 5.000,00 a R\$ 30.000,00.
3. No caso, porém, extrai-se da moldura fática a quo que a autoria da postagem na rede social Facebook era conhecida, não havendo falar em anonimato. No mesmo sentido, em hipótese similar: AgR-REspe 76-38/MG, Rel. Min. Jorge Mussi, DJE de 2/4/2018.
4. Recurso especial a que se nega seguimento.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Loreny Mayara Caetano Roberto, segunda colocada no pleito majoritário de Taubaté/SP em 2020 (34,99%; 49.942 votos) em detrimento de *decisum* da Presidência do TRE/SP em que se inadmitiu recurso especial contra aresto assim ementado (ID 144.779.038):

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR. POSTAGEM NA REDE SOCIAL "FACEBOOK". SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. REJEITADA A PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA, ARGUIDA DA TRIBUNA. APLICAÇÃO DE MULTA, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 92 DA RESOLUÇÃO TSE 23.610/2019. VEICULAÇÃO DE NOTÍCIA SABIDAMENTE INVERÍDICA. PUBLICAÇÃO QUE ULTRAPASSA O EXERCÍCIO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO. APLICAÇÃO DA SANÇÃO PENAL DE MULTA REFERIDA NO ARTIGO 90 DA RESOLUÇÃO TSE 23.610/19. IMPOSSIBILIDADE. NÃO CABIMENTO, NESTES AUTOS, DE ANÁLISE DE PRÁTICA DE CRIME. AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE MULTA NO CASO DE PROPAGANDA ELEITORAL NEGATIVA REALIZADA DURANTE O PERÍODO ELEITORAL, NÃO SENDO HIPÓTESE DE IMPULSIONAMENTO DE CONTEÚDO OU DE ANONIMATO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO PARA AFASTAR A PENA DE MULTA.

Na origem, a agravante ajuizou representação em desfavor de José Alberto Barreto da Costa, vereador eleito (889 votos), por veiculação de fatos sabidamente inverídicos na internet durante o período de campanha. Afirmou-se que, em sua página na rede social Facebook, atribuiu à candidata a conduta de "defender o aborto" e ser "a favor da ideologia de gênero nas escolas", em ofensa ao art. 27, § 1º, da Res.-TSE 23.610/2019. Em primeiro grau, julgou-se procedente o pedido para condená-lo ao pagamento de 30 dias-multa no valor de R\$ 1.045,00, com base no art. 92 da Res.-TSE 23.610/2019. Considerou-se configurado o delito de difamação de que trata o art. 325 do Código Eleitoral (ID 144.777.638). O TRE/SP, em julgamento unânime, deu parcial provimento ao recurso para afastar a multa (ID 144.779.038).

Nas razões do recurso especial, argumentou-se, em suma, que (ID 144.779.488):

- a) "propagar informações falsas sobre a recorrente significa tirar a boa fama, infamar algo que não é verdadeiro. Restando, assim, demonstrado o animus difamandi caracterizado pelo interesse em prejudicar a imagem da requerente ao distorcer a verdade, comete [o recorrido] ato ilícito, que é punível, como acertadamente fez a r. sentença de piso" (fl. 7);
- b) "com o reconhecimento do ilícito eleitoral se busca aplicação da multa prevista pela legislação eleitoral. O ilícito penal não deve ser aqui punido. É por esse motivo que se

pede a manutenção da multa, porém com a fundamentação nos artigos 30, § 1º, da Resolução 23.610 do TSE e artigo 57-D, § 2º, da Lei 9.504/97" (fl. 11);

c) a multa prevista no art. 57-D, § 2º, da Lei 9.504/97, não exige que a divulgação de fato sabidamente inverídico seja cometida em anonimato ou mediante impulsionamento;

d) de acordo com a jurisprudência, a divulgação de fatos sabidamente inverídicos e o abuso da liberdade de expressão atraem a referida pena.

O recurso especial foi inadmitido pela Presidência do TRE/SP (ID 144.779.788), o que ensejou a interposição de agravo (ID 144.780.088).

Contrarrazões apresentadas (ID 144.780.238).

A d. Procuradoria-Geral Eleitoral opinou pelo parcial provimento do apelo nobre (ID 156.926.922).

É o relatório. Decido.

Verifico que a agravante infirmou os fundamentos da decisão agravada e que o recurso especial inadmitido preenche os requisitos de admissibilidade. Desse modo, dou provimento ao agravo e passo ao exame do recurso, nos termos do art. 36, § 4º, do RI-TSE.

Na espécie, o TRE/SP, em julgamento unânime, reformou em parte sentença condenatória para afastar o pagamento de 30 dias-multa no valor de R\$ 1.045,00. Consignou-se que, embora divulgado fato sabidamente inverídico nas redes sociais do recorrido, na representação por propaganda eleitoral irregular, não se admite reconhecer o crime de difamação. Concluiu-se que a multa do art. 57-D, § 2º, da Lei 9.504/97 apenas se aplica aos ilícitos praticados em anonimato durante o período de campanha. Extraí-se (ID 144.779.038, fls. 7-10):

No caso em tela, a representante insurgiu-se contra "a divulgação de postagem atribuindo à Representante a conduta de 'defender o aborto' e ser 'a favor da ideologia de gênero nas escolas'. Postagem publicada e visível através deste link: <https://m.facebook.com/groups/304430569767452/permalink/1655466347997194/>" (ID 33599201).

Depreende-se dos documentos acostados aos autos que o recorrente postou, na rede social Facebook, a mensagem abaixo, acompanhada de um vídeo em que coloca frases sobre trechos de discurso da vereadora recorrida e termina com a seguinte frase: "Loreny é a favor que ensine nas escolas que o seu filho não é menino, e sua filha não é menina", conforme imagens constantes nos IDs 33599301 e 33599351.

[...]

Da leitura do trecho hostilizado, em contraposição às provas constantes dos autos, é possível vislumbrar a divulgação de fato sabidamente inverídico.

[...]

Assim, tem-se que a postagem impugnada ultrapassa o direito à livre manifestação do pensamento, pois os termos utilizados não possuem caráter informativo ou de mera crítica à atuação da recorrida. Diversamente, verifica-se a utilização de informação falsa, em patente afronta à higidez e igualdade de oportunidades entre os candidatos ao pleito eleitoral.

[...]

Apesar disso, a multa aplicada na r. sentença deve ser afastada. Com efeito, o juízo de primeiro grau aplicou ao recorrido multa no valor de R\$ 1.045,00, correspondente a 30 dias-multa, nos termos do artigo 92 da Resolução TSE 23.610/19.

Ocorre que não cabe, nos presentes autos, a análise da conduta no âmbito do direito penal. O artigo 92 da Resolução TSE 23.610/19 apenas reproduz norma legal de natureza penal, cuja aplicação pressupõe a instauração de processo próprio.

Ademais, a veiculação de propaganda eleitoral negativa, durante o período eleitoral, não sendo hipótese de anonimato ou de impulsionamento de conteúdo, não enseja, por si só, a aplicação de multa.

Nesse sentido são os seguintes julgados desta E. Corte:

[...]

Destarte, a reforma parcial da r. sentença é medida de rigor.

Diante do exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, apenas para afastar a multa aplicada ao recorrente.

De fato, consoante jurisprudência desta Corte Superior, a multa prevista no art. 57-D, § 2º, da Lei 9.504/97 para a divulgação na internet de conteúdo ofensivo ou sabidamente inverídico, durante o período de campanha, apenas se aplica em caso de anonimato, o que não ocorreu na espécie.

Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ELEIÇÕES 2016. PROPAGANDA ELEITORAL NEGATIVA. FACEBOOK. ANONIMATO. INEXISTÊNCIA. MULTA DO ART. 57-D DA LEI 9.504/97. INAPLICABILIDADE. PROVIMENTO. REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA. RESTABELECIMENTO DO ACÓRDÃO REGIONAL.

1. Nos termos do art. 57-D da Lei 9.504/97, "é livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato durante a campanha eleitoral, por meio da rede mundial de computadores - internet", sujeitando-se o infrator à pena de multa de R\$ 5.000,00 a R\$ 30.000,00.

2. Na espécie, não sendo anônima a postagem de vídeo em página da rede social Facebook (na qual se veiculou vídeo em tese ofensivo a candidato), descabe sancionar o agravante com base no referido dispositivo, impondo-se a manutenção do aresto a quo.

3. A inaplicabilidade do referido dispositivo a manifestações cuja autoria é sabida não significa permitir que se veicule propaganda ofensiva à honra de candidatos, havendo previsão de outras medidas judiciais para cessar o ilícito, a exemplo do direito de resposta (art. 58 da Lei 9.504/97).

4. Agravo regimental provido para, reformando-se a decisão monocrática, restabelecer o acórdão do TRE/MG e, por conseguinte, a improcedência dos pedidos. (AgR-REspe 76-38/MG, Rel. Min. Jorge Mussi, DJE de 2/4/2018)

O acórdão *a quo* não merece reparos, porquanto alinhado com a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral. Incide o obstáculo da Súmula 30/TSE.

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial, nos termos do art. 36, § 6º, do RI-TSE.

Publique-se. Intimem-se. Reautue-se.

Brasília (DF), 13 de outubro de 2021(Publicado no DJE TSE de 26/10/2021, fls.07/11).

Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

(blob:https://dje-consulta.tse.jus.br/3680a345-44ee-4c51-9e89-ff42c8674488)

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL(11549) Nº 0600374-88.2020.6.20.0037

DECISÃO

Jéssica Lourine de Assis Amorim e Alvanilson Medeiros Carlos interpuseram recurso especial eleitoral (ID 137241388) em face do acórdão do Tribunal Regional Eleitoral do

Rio Grande do Norte (ID 137241038) que, por maioria de votos, anulou a sentença proferida pelo Juízo da 37ª Zona Eleitoral que julgou extinta, sem resolução de mérito, a AIJE 0600374-88.2020, ajuizada pelo recorrido em desfavor da Coligação Almino Afonso em Boas Mãos (MDB/PSDB), sob o fundamento da ilegitimidade passiva da coligação.

O acórdão recorrido foi assim ementado (ID 13724038):

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2020. CARGO. PREFEITO. VICE-PREFEITO. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO E ABUSO DE PODER. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO NA PRIMEIRA INSTÂNCIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA COLIGAÇÃO. DIRECIONAMENTO DA DEMANDA TAMBÉM CONTRA OS CANDIDATOS DA ELEIÇÃO MAJORITÁRIA. RECONHECIMENTO DA CITAÇÃO DOS CANDIDATOS DO PLEITO MAJORITÁRIO ANTES DA DATA DA DIPLOMAÇÃO. INTEGRAÇÃO DA RELAÇÃO PROCESSUAL ANTES DO PRAZO DECADENCIAL. NÃO OCORRÊNCIA DA DECADÊNCIA. ANULAÇÃO DA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO E REALIZAÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS PERANTE A PRIMEIRA INSTÂNCIA. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO. PROVIMENTO DO RECURSO.

A parte recorrente se insurge contra a sentença proferida pelo Juiz Eleitoral da 37ª Zona que extinguiu o feito sem resolução de mérito, em face da ilegitimidade passiva da Coligação representada e pela impossibilidade de inclusão dos candidatos do pleito majoritário no polo passivo após o transcurso do prazo decadencial para o ajuizamento da ação de investigação judicial eleitoral.

Não resta dúvidas de que a Coligação não possui legitimidade para figurar no polo passivo da presente demanda, de modo que agiu com acerto a decisão recorrida na parte que extingue o feito sem resolução de mérito para esse legitimado.

Contudo, com relação a assertiva de que essa Coligação seria a única demandada na ação de investigação eleitoral, analisando cuidadosamente a peça inicial, bem como em decorrência de outras circunstâncias ocorridas no trâmite da ação de investigação judicial eleitoral, não obstante se verifique uma atecnia no início da petição inicial, não resta dúvidas quanto ao direcionamento da demanda aos candidatos do pleito majoritário, imputando especialmente à candidata JESSICA LOURINE a prática de captação ilícita de sufrágio por meio de fornecimento de café da manhã a eleitores. Ademais, não bastasse isso, compulsando os autos, verifica-se do trâmite processual que os candidatos Jessica Lourine e Alvanilson Medeiros foram efetivamente citados no dia 15 de dezembro de 2020 (ID 7688871 e 7688971), passando a integrar a lide. Destarte, considerando que a diplomação dos candidatos eleitos no pleito municipal de Almino Afonso ocorreu no dia 17 de dezembro de 2020, verifica-se que antes da diplomação, marco temporal final para o ajuizamento da demanda (Art. 45 da Resolução 23.608 do TSE), os candidatos investigados já estavam integrando a relação processual, não havendo que se falar em decadência do direito com relação aos demandados JESSICA LOURINE E ALVANILSON MEDEIROS, devendo ser anulada a sentença recorrida que extinguiu o feito sem resolução de mérito de forma indevida. Cumpre salientar ainda que apesar da hipótese dos autos se enquadrar no Art. 1.013, § 3º, I, do CPC, algumas circunstâncias do caso concreto não permitem o enfrentamento imediato do mérito da lide. Logo após a apresentação da contestação pelos demandados, na qual havia várias questões preliminares agitadas, o órgão jurisdicional competente proferiu decisão terminativa, extinguindo o feito sem resolução de mérito, sem ter ouvido a parte autora acerca das preliminares, em clara afronta ao princípio do contraditório e ao comando expresso do Art. 351 do CPC: "Se o réu alegar qualquer das

matérias enumeradas no Art. 337, o juiz determinará a oitiva do autor no prazo de 15 (quinze) dias, permitindo-lhe a produção de prova". Além disso, os investigados em sua contestação apresentaram rol de testemunhas a serem ouvidas em audiência, de modo que a fase instrutória da demanda ainda não foi realizada, conforme preconiza o Art. 22, V, da LC 64/90.

Deve-se destacar ainda que o próprio órgão ministerial oficiante perante a primeira instância só veio a ser chamado aos autos após a prolação da decisão terminativa, já por ocasião do julgamento dos embargos de declaração, de sorte que o feito deve realmente regressar ao juízo de primeiro grau, a fim de que tenha o seu curso normal retomado, a partir da manifestação da parte demandante sobre as matérias preliminares suscitadas pelos investigados em sua contestação. Reforma da sentença a fim de anular a sentença que extinguiu o feito sem resolução de mérito, determinando o retorno dos autos ao primeiro grau de jurisdição para prosseguimento do feito, a partir da oitiva da parte autora acerca das matérias preliminares suscitadas pelos investigados em sua contestação, devendo-se prosseguir o feito nos termos preconizados pelo Art. 22 da LC 64/90.

Provimento do recurso.

Os recorrentes opuseram embargos de declaração (ID 137240838), tendo lhes sido negado provimento pelo TRE/RN em acórdão de ID 137241038.

Os recorrentes alegam, em síntese, que:

- a) os recorrentes não integraram o polo passivo da AIJE;
- b) o autor da AIJE não promoveu a citação de nenhum candidato, dirigindo-a apenas à coligação;
- c) houve violação do art. 22, inciso I, alínea c, da Lei Complementar 64/90, dos arts. 319, inciso II, e 485, inciso IV, do CPC;
- d) o julgamento está em confronto com o decidido pelo TRE/RS no RE 12039 (rel. Des. Carlos Cini Marchionatti, DJE de 27.1.2017). o final, requerem o provimento do recurso para que seja reconhecida a decadência do direito de ação em relação aos recorrentes, indeferindo-se a inicial e extinguindo-se o feito, com resolução de mérito.

A Presidência do TRE/RN admitiu o recurso com fundamento na alínea a do inciso I do art. 276 do Código Eleitoral (ID 137241488).

A Procuradoria-Geral Eleitoral manifestou pelo não conhecimento do recurso por não ser o referido acórdão decisão com caráter definitivo (ID 156924850).

Determinei a expedição de ofício ao TRE/RN para prestação de informações acerca da tempestividade recursal (ID 156926500), as quais foram prestadas nos IDs 156933794 e 156933794.

É o relatório.

Decido.

O recurso especial é tempestivo. O acórdão que rejeitou os embargos de declaração foi publicado no DJE em 20.5.2021, quinta-feira (ID 156933795), e o recurso especial eleitoral foi interposto em 24.5.2021, segunda-feira (ID 137241438), por advogado habilitado (procurações de IDs 137238088 e 137238138).

Como relatado, trata-se de recurso especial eleitoral interposto em face do acórdão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte que anulou a sentença extintiva proferida na AIJE 0600374-88.2020. A referida sentença havia reconhecido a ilegitimidade passiva da Coligação Almino Afonso em Boas Mãos (MDB/PSDB).

Os recorrentes alegam que não integraram o polo passivo da AIJE, não tendo o autor da demanda promovido a citação de nenhum candidato, mas apenas da coligação.

Verifico, nos termos apontados pelo Parquet, que a decisão proferida pelo Tribunal Regional, que determinou o retorno dos autos à origem para nova apreciação da AIJE, não tem caráter definitivo. Portanto, não se trata de questão recorrível ao TSE de imediato.

A jurisprudência desta Corte é uníssona no sentido de que, "nos termos do art. 19 da Res.-TSE nº 23.478/2016, as decisões interlocutórias ou sem caráter definitivo proferidas nos feitos eleitorais são irrecuráveis de imediato, ficando os eventuais inconformismos para posterior manifestação em recurso contra decisão definitiva do mérito" (RO 0601403-89, rel. Min. Edson Fachin, DJE de 4.12.2020).

Na mesma linha de entendimento: AgR-AI 0600359-39, rel. Min. Alexandre de Moraes, DJE de 2.9.2020; AgR-AI 0600314-28, rel. Min. Sérgio Banhos, DJE de 29.4.2020; AgR-AI 402-14, rel. Min. Edson Fachin, DJE de 19.2.2020, e AI 0600001-95, rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho, DJE de 29.4.2021.

Acolho, portanto, a manifestação ministerial, nos seguintes termos (ID 156924850, pp. 3-4):

A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral consolidou-se no sentido de que as decisões interlocutórias ou de natureza não definitiva proferidas nos feitos eleitorais não são, de imediato, impugnáveis mediante recurso, por não estarem sujeitas à preclusão. Eventuais inconformismos devem ser suscitados no recurso contra a decisão definitiva de mérito, nos termos do art. 19 da Resolução TSE 23.478/2016. Confira-se, a propósito, o seguinte precedente:

() 1. Na espécie, trata-se de recursos especiais manejados contra acórdão do TRE/AM exarado em âmbito de embargos de declaração, o qual, ao acolher a alegação de ofensa ao princípio da ampla defesa, anulou a sentença e determinou o retorno dos autos à zona eleitoral de origem, sob o fundamento de que os recorridos deveriam ter sido intimados para se manifestarem - em processo incidente ou como questão principal da demanda - sobre a suspeita de adulteração das leis municipais por eles juntadas em contestação.

2. Esta Corte Superior dispõe de reiterada orientação jurisprudencial no sentido de que "[...] as decisões interlocutórias e de natureza não definitiva proferidas nos feitos eleitorais não são, de imediato, impugnáveis mediante recurso" (AgR-AI nº 199-14/RJ, rel. Min. Luiz Fux, julgado em 31.5.2016, DJe de 26.8.2016).

3. A alegação de que os recorridos teriam se quedado inertes, mesmo após terem tido a oportunidade de se pronunciar sobre a referida falsidade documental no curso do processo, não configura excepcionalidade apta a ensejar o conhecimento dos recursos especiais e, por conseguinte, afastar a determinação de retorno dos autos à origem. Hipótese relacionada a direito probatório, cujo cumprimento não enseja grave prejuízo ao andamento do feito. (...) (grifos acrescidos)

A decisão proferida pelo TRE/RN, que determinou o retorno dos autos à origem, não tem caráter definitivo, não sendo, portanto, recorrível de imediato.

O parecer é por que se negue seguimento ao recurso especial.

Por essas razões e nos termos do art. 36, § 6º, do Regimento Interno do Tribunal Superior Eleitoral, nego seguimento ao recurso especial interposto por Jéssica Lourine de Assis Amorim e Alvanilson Medeiros Carlos.

Publique-se.

Intime-se.

Ministro Sérgio Silveira Banhos

Relator

(Publicada no DJE TSE de 26 de outubro de 2021, fls. 103/106)
(blob:<https://dje-consulta.tse.jus.br/07d86fc8-d07c-44fe-81dd-2eb0f93fb481>)